

A Influência dos Principais Tratados Internacionais na Implantação de Políticas Públicas de Proteção dos Direitos Humanos.

Vedovato R. Luís (PQ), Barreto C. Michelle (IC).

Resumo

O trabalho buscou entender o processo de internalização dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil, identificar os atores envolvidos no processo, políticas que foram desenvolvidas e a eficácia destas na proteção e promoção dos direitos humanos no país.

Palavras Chave: Direitos Fundamentais, Indicadores, Mapeamento.

Introdução

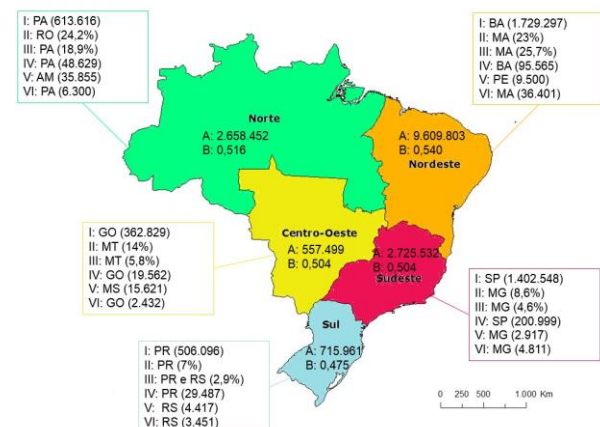
O tema deste trabalho se origina na busca por informações a respeito da situação dos Direitos Humanos no Brasil. Os pontos importantes na pesquisa decorrem do conceito, origem em documentos internacionais, processo de internalização das normas, influência do tema na elaboração de políticas públicas e desdobramentos. O objetivo principal deste trabalho é verificar quais os principais tratados de proteção dos direitos humanos ratificados pelo país, quais políticas derivam de tais tratados e avaliar a eficácia das ações estatais na proteção dos direitos fundamentais.

Resultados e Discussão

Foi realizado o levantamento dos órgãos federais ligados à proteção dos direitos humanos, análise dos programas nacionais de proteção aos direitos humanos, catalogação dos principais atores no pensamento e execução de políticas públicas na área e criado um mapa identificando as regiões com maiores indicadores de violação dos direitos humanos no Brasil. Através da revisão bibliográfica determinou-se que os direitos humanos em seu conceito moderno se anunciam nas ações internacionais após o término da 2ª Guerra Mundial, com a organização da ONU, Sistemas Internacional e Regionais de Direitos Humanos e nos mecanismos de monitoramento das atividades internacionais. O Brasil ao entrar nos sistemas aflorou discussões internas sobre as questões de direitos humanos, já asseguradas pela CF/88. Os principais documentos internacionais ratificados foram o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Carta das Nações Unidas. A partir destas ratificações as organizações da sociedade civil puderam pressionar politicamente a resolução de impasses sobre proteção dos direitos humanos. A criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, secretarias temáticas, elaboração de Programas

e Planos Nacionais de Direitos Humanos e criação de Conselhos Estaduais e Municipais determinou a atividade do Estado. A eficácia das políticas de proteção sujeita-se à cooperação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como presença dos movimentos sociais e organizações não governamentais impulsionando a resolução das questões e exercendo o papel fiscalizador dos compromissos assumidos e garantia de direitos. Indicadores sociais, de desigualdade e de vulnerabilidade foram usados na organização do mapa do Brasil.

Figura 1. Fragilidade social e desigualdade por região.



A: Extrema pobreza; B: Índice de Gini. I: Analfabetos acima de 15 anos; II: Domicílios sem saneamento; III: Renda até 70 reais; IV: Idosos com ¼ salário mínimo; V: Indígenas; VI: Quilombolas.

Conclusões

Os tratados internacionais influenciaram a implantação de políticas públicas de direitos humanos, porém as políticas adotadas até o momento retratam dificuldades de implantação, alto grau de desigualdade social e de renda e insuficiente sistema de indicadores qualitativos.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC/CNPq pelo financiamento da pesquisa e a UNICAMP pelo apoio institucional.